

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 533.019 - BA (2019/0273411-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : ARNALDO ÂNGELO DOS SANTOS
ADVOGADO : EDSON NOGUEIRA FERRAZ - PE033214
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXCESSO DE PRAZO PARA O PROFERIMENTO DA SENTENÇA. PRISÃO PROCESSUAL EM 2011 E CONCLUSOS OS AUTOS PARA SENTENÇA DESDE 2016. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.
2. No caso, evidencia-se o constrangimento ilegal por excesso de prazo para prolação da sentença, pois o paciente, embora no curso da ação penal possa ter contribuído para sua delonga, não deu causa à atual mora processual, perdurando a prisão desde 13/12/2011, ou seja, há quase 8 anos, em ação penal que aguarda sentença desde abril de 2016.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator